

TERMO DE ADESÃO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 076/2024

TERMO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ARANDU AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 076/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Processo SEI CNJ 04112/2024).


O **MUNICÍPIO DE ARANDU**, com sede à Rua Dezenove de Março, 480, Centro, Arandu/SP, CNPJ nº 46.634.176/0001-04, doravante denominado Município de Arandu, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Acordo de Cooperação Técnica nº 076/2024**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**, para racionalizar e aprimorar a cobrança administrativa do crédito fiscal, o fluxo de execuções fiscais e ações correlatas e a promoção de intercâmbio de conhecimento, estudos e experiências, oportunidade em que se compromete a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas.

O presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Acordo de Cooperação Técnica.

Para viabilizar o cumprimento do referido acordo no âmbito de sua competência, o Município indicará no prazo de 15 dias, por ato próprio, titular e suplente para servirem de ponto focal perante o Conselho Nacional de Justiça para a concentração do diálogo relacionado aos processos de trabalho definidos naquele acordo, os quais avaliarão periodicamente, no âmbito de sua competência, oportunidades de Protocolos de Execução tendentes à racionalização e ao aprimoramento do fluxo de execuções fiscais e ações correlatas.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário Oficial da União.

E por estar de pleno acordo, esse Município assina o presente Termo de Adesão, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.



FLÁVIO GALHEGO
Prefeito Municipal de Arandu

ANEXO II

PROTOCOLO DE EXECUÇÃO

Em virtude da adesão do Município de Arandu/SP ao Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o presente instrumento tem por finalidade efetivar as metas descritas no Plano de Trabalho, em conformidade com sua cláusula terceira.

1. DOS OBJETIVOS

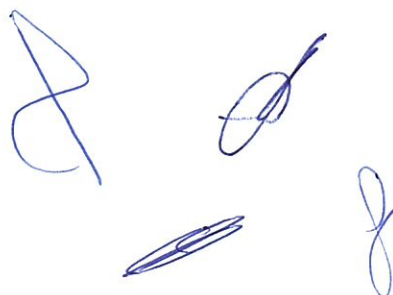
O presente Protocolo de Execução tem por objetivo descrever a programação e o detalhamento dos procedimentos técnicos, operacionais e administrativos necessários à (ao):

- 1.1 extinção em bloco de processos de execução fiscal de que trata a Resolução CNJ n.547, de 22 de fevereiro de 2024;
- 1.2 compartilhamento de bancos de dados dos sistemas em operação dos partícipes, informações, conhecimentos, tecnologias e métodos de pesquisa, respeitadas as restrições legais e os requisitos de segurança da informação e comunicações previstos nas políticas de governança de dados e de sistemas dos partícipes; e
- 1.3 atuação conjunta no planejamento, execução, monitoramento e controle de projetos estratégicos voltados à (i) automatização do fluxo de processos judiciais, (ii) redução da litigiosidade, (iii) difusão de políticas públicas de regularização fiscal e (iv) incremento da eficiência na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa.

2. DOS RESPONSÁVEIS

Nos termos da cláusula quarta, “p”, do ACT, a gestão da execução deste Acordo será realizada por uma comissão específica formada por até três representantes indicados por cada um dos partícipes.

- Indicados pelo Juízo do Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Avaré: Dr. AUGUSTO BRUNO MANDELLI – Juiz Corregedor Permanente; FERNANDA FERNANDES AGUILAR – Coordenadora;



- Indicados pela Procuradoria Geral do Município de Arandu: **Dr. MARCELO JACOB DA ROCHA – Procurador Geral do Município; LUIZ GABRIEL BENEDETTI, Assessor Administrativo da Procuradoria.**

Parágrafo único. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico-trabalhista, fiscal, comercial, previdenciária, civil ou de qualquer natureza entre os envolvidos e o pessoal utilizado para execução das atividades decorrentes do presente Termo, mantida apenas a vinculação com cada entidade/órgão de origem.

3. DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS

3.1- Extinção em bloco de processos de execução fiscal de que trata a Resolução CNJ n. 547, de 22 de fevereiro de 2024.

3.1.1 O Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Avaré enviará à Procuradoria Geral do Município de Arandu, listagem dos processos de execução fiscal enquadrados nas hipóteses de extinção de que trata a Resolução CNJ n. 547, de 22 de fevereiro de 2024, nos quais o Município de Arandu figure no polo ativo. Serão elaboradas listagens separadas de acordo com o meio de tramitação do processo: físico ou eletrônico.

3.1.2 A Procuradoria Geral do Município de Arandu poderá sugerir a inclusão de informações na listagem enviada, que estejam disponíveis em sua base de dados, a fim de facilitar a identificação dos processos judiciais, bem como solicitar informações constantes da base de dados do sistema informatizado do Tribunal de Justiça, no que diz respeito aos processos objeto desta iniciativa, conforme previsto no Acordo de Cooperação Técnica, Cláusulas Primeira e Segunda; Anexo I – Plano de Trabalho, item 5, III e IV, do qual faz parte integrante este Anexo.

3.1.3 Em caso de processos com tramitação física, poderá a Procuradoria Geral requerer a carga de autos, desde que fundamentada sua imprescindibilidade para melhor análise, caso os dados constantes da listagem sejam insuficientes. Observar o prazo indicado no Item 4.1.3.

3.1.4 A Procuradoria Geral do Município de Arandu enviará ao Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Avaré, listagem-resposta com execuções fiscais aptas a serem extintas, ficando, desde já, dispensada de intimação individual ou abertura de vista, o que importará na desistência do prazo recursal, desde que sem ônus a sentença de extinção. Serão elaboradas listagens-resposta separadas de acordo com o meio de tramitação do processo: físico ou eletrônico.

3.1.5 O Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Avaré dará conhecimento à

Procuradoria Geral do Município de Arandu por meio de intimação coletiva eletrônica única, em expediente administrativo digital, a ser separado para processos com e sem atuação de advogado pela parte adversa, contendo a listagem dos processos efetivamente extintos. Os processos em que não haja atuação de advogado já serão imediatamente baixados no sistema informatizado.

3.1.6 As intimações coletivas eletrônicas, em expediente administrativo digital, referentes ao item 3.1.5, poderão ser objeto de questionamento por simples petição, direcionada ao Juízo da Execução Fiscal, nos casos em que as publicações eletrônicas **comprovadamente** não possam ter a ciência da Procuradoria por motivos de falhas no sistema, tanto de disponibilização do Tribunal de Justiça quanto de recebimento e encaminhamento para filas do software adotado pela Municipalidade. Nestes casos, nova publicação será feita.

3.1.7 A extinção dos processos nos termos da Resolução CNJ n. 547, de 22 de fevereiro de 2024, importará apenas em baixa das execuções fiscais, e não dos débitos inscritos em dívida ativa correspondente. A exequente poderá propor nova execução fiscal caso localizados bens dos devedores, desde que não consumada a prescrição.

3.1.8 A Procuradoria Geral do Município de Arandu manterá atualizado seus cadastros relativos aos processos de execução fiscal extintos na forma do item 3.1.7, bem como zelar para que sejam evitados eventuais peticionamentos (acordos administrativos, pagamentos, entre outros) direcionados a processos já baixados no sistema informatizado.

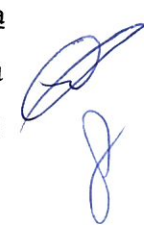

4. PROGRAMAÇÃO

4.1 Extinção em bloco de processos de execução fiscal de que trata a Resolução CNJ n. 547, de 22 de fevereiro de 2024.

4.1.1 As listagens tramitarão entre o Serviço Anexo das Fazendas e a Procuradoria Geral do Município, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis.

4.1.2 A listagem de que trata o item 3.1.1 será enviada pelo Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Avaré em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura deste Termo, prorrogável por igual período em caso de atraso na disponibilização dos dados extraídos pela Secretaria de Primeira Instância e Secretaria de Tecnologia de Informação.

4.1.3 A listagem-resposta de que trata o item 3.1.3 será enviada pela Procuradoria Geral do Município de Arandu em 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da listagem inicial. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, no caso de processos físicos para os quais haja necessidade de análise individual.



4.1.4 O Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Avaré promoverá a instauração do procedimento administrativo para extinção dos processos constantes da listagem-resposta e dará conhecimento à Procuradoria Geral do Município de Arandu por meio de intimação coletiva eletrônica única no próprio expediente.



AUGUSTO BRUNO MANDELLI

Juiz Corregedor Permanente

Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Avaré



FERNANDA FERNANDES AGUILAR

Coordenadora

Serviço Anexo das Fazendas da Comarca de Avaré



FLÁVIO GALHEGO

Prefeito Municipal de Arandu



MARCELO JACOB DA ROCHA

Procurador Geral do Município de Arandu